

Apresentação

É com gosto que o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) acolhe na coleção «História Religiosa: Fontes e Subsídios» o presente trabalho de Stéphane Boissellier. Conforme o próprio refere na introdução, este livro corresponde a uma versão revista de uma memória académica por si defendida em 2002.

A publicação de fontes, particularmente daquelas datadas de tempos medievos, é permanentemente reclamada pelos investigadores e demais interessados em conhecer o nosso passado. Muitas destas fontes chegam a ser transcritas e editadas no âmbito de investigações académicas, não se conseguindo, no entanto, que esse trabalho seja justamente divulgado por via da sua publicação. Uma das razões para tal é, naturalmente, o custo de tal empreendimento.

A proposta de publicação deste trabalho foi-nos feita pelo Prof. Stéphane Boissellier em Junho de 2010. Tendo o CEHR recolhido pareceres favoráveis à publicação – conforme procedimento habitualmente seguido no que se refere às suas edições –, encetámos em conjunto com o Autor diligências no sentido de obter os meios financeiros que permitissem a sua viabilização material. Os apoios concedidos pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Centre d'Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale - CESC (Centre National de la Recherche Scientifique / Université de Poitiers), que aqui agradecemos, foram fundamentais para o sucesso deste projeto.

Ao empenho em contribuir para o melhor conhecimento da realidade medieval portuguesa, através de uma nova colaboração do Prof. Stéphane Boissellier, junta-se, para o CEHR, a honra de mais esta colaboração do Prof. José Mattoso, que aceitou redigir o prefácio do livro. Nele fica patente o interesse desta investigação para o avanço da história da Idade Média portuguesa a diversos níveis (organização do território, toponímia, oragos locais, relações entre poder temporal e poder espiritual, finanças régias e eclesiásticas, entre outros), sublinhando-se ainda a precocidade de conceções políticas da monarquia portuguesa, especialmente no que à ideia do território nacional como um todo uniforme se refere.

Possa esta publicação contribuir para o avanço na investigação da história religiosa e da história portuguesa em geral.

Présentation

C'est avec plaisir que le Centro de Estudos de História Religiosa accueille dans la collection « História Religiosa. Fontes e Subsídios » le présent travail de Stéphane Boissellier. Comme l'auteur le rappelle lui-même, ce livre correspond à une version revue d'un mémoire académique défendu par lui en 2002.

La publication de sources, particulièrement celles datant des temps médiévaux, est constamment réclamée par les chercheurs et par tous ceux désireux de connaître notre passé. Beaucoup de ces sources sont transcrites et éditées dans le cadre de recherches académiques, sans parvenir toutefois à ce que ce travail soit justement diffusé à travers sa publication. Une des raisons à cela est, évidemment, le coût d'une telle entreprise.

La proposition de publication de ce travail nous a été faite par le Prof. Stéphane Boissellier en juin 2010. Le CEHR ayant recueilli des avis favorables à la publication – conformément à la procédure suivie habituellement en ce qui concerne ses éditions –, nous avons entrepris avec l'auteur des démarches pour obtenir les moyens financiers permettant sa réalisation matérielle. Les appuis concédés par la Fundação Calouste Gulbenkian et par le Centre d'Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale - CESCO (Centre National de la Recherche Scientifique / Université de Poitiers), que nous remercions ici, ont été fondamentaux pour le succès de ce projet.

A l'implication pour une meilleure connaissance de la réalité médiévale portugaise, à travers une nouvelle collaboration du Prof. Stéphane Boissellier, s'ajoute, pour le CEHR, l'honneur de la collaboration supplémentaire du Prof. José Mattoso, qui a accepté de rédiger la préface du livre. Dans celle-ci apparaît l'intérêt de cette recherche pour l'avancement de l'histoire du Moyen Âge portugais à divers niveaux (organisation du territoire, toponymie, hagionymie locale, relations entre pouvoir temporel et pouvoir spirituel, finances royales et ecclésiastiques, entre autres), soulignant également la précocité des conceptions politiques de la monarchie portugaise, spécialement en ce qui concerne l'idée du territoire national comme un tout.

Puisse cette publication contribuer au progrès de la recherche en histoire religieuse et en histoire portugaise en général.

La Direction du CEHR

Prefácio

Numa breve comunicação ao colóquio *Genèse de l'État moderne en Méditerranée*, que teve lugar em Paris em Março de 1988, tive ocasião de sublinhar a precocidade das medidas administrativas tomadas pelo rei Afonso II no processo da construção do «Estado moderno» que envolveu as monarquias europeias durante o longo período que vai do século XII ao século XVIII. As atas desse colóquio só foram publicadas em 1993. A minha intervenção não fazia mais do que retomar ideias expostas anteriormente no ensaio intitulado *Identificação de um país* (1985; 5ª ed., 1995) e retomadas pouco depois, do ponto de vista factológico, no volume II da *História de Portugal* por mim dirigida e publicada em 1992. Naquela comunicação e nesta obra limitei-me a apontar os indícios que me pareciam ser, de facto, significativos de uma posição política e jurídica precursora, quando comparados com a teoria e a prática políticas das outras monarquias europeias dos séculos XII e XIII. Não me considerando especialista da história da teoria nem da prática política, não aprofundei as averiguações necessárias para esclarecer a questão, mas indicava uma série de pistas cuja análise aprofundada me parecia necessária para compreender o sentido histórico desse fenómeno no seu diversificado contexto: a comparação textual do conjunto de «leis» atribuídas às chamadas «cortes de 1211» com as conceções jurídicas dos mestres bolonheses do Direito Civil do fim do século XII; o uso da coroa e de outras insígnias consideradas como próprias do rei; o aparecimento dos notários profissionais na Itália da mesma época e a confirmação da sua autoridade pública pelo monarca; as práticas administrativas da cúria romana; as práticas burocráticas da chancelaria régia; os inquéritos cadastrais de uma grande parte do território (inquirições); as chamadas «confirmações» de direitos senhoriais de entidades eclesiásticas e civis; a extensão do padroado régio sobre todas as igrejas do reino que antes disso não tinham nenhum padroeiro, etc.

Estas sugestões não foram, que eu saiba, seguidas com a devida atenção por nenhum jovem investigador, apesar de alguns (sobretudo Maria João Branco a partir da diplomacia pontifícia, e Bernardo Sá Nogueira quanto à administração eclesiástica) terem andado por lá perto. Os trabalhos que apareceram em Portugal explicitamente acerca das origens do Estado moderno concentraram-se em torno dos aspetos prosopográficos e burocráticos e devem-se sobretudo a Armando Carvalho Homem e aos seus discípulos.

Outras investigações recentes confirmaram de forma inesperada as minhas propostas interpretativas. Quero-me referir, antes de mais, à tese de doutoramento de Luísa Trindade, em vias de publicação, acerca do urbanismo português dos séculos XIII e XIV. Este inovador estudo debruça-se sobre um impressionante conjunto de vilas novas cujas plantas foram concebidas segundo padrões estandardizados. A sua regularidade ainda hoje é visível por meio da fotografia aérea. São urbanizações traçadas pela administração régia durante os reinados de Afonso III e de Dinis. Este facto demonstra só por si o vigor e a abrangência das medidas administrativas tomadas pelos reis portugueses desde o princípio da década de 1250. O carácter uniforme das plantas, e a sua aplicação em regiões com tradições culturais muito diferentes umas das outras, mostra com clara evidência, o carácter centralizador do poder político e o seu papel uniformizador. Portugal era um país constituído por territórios com características muito diferentes umas das outras do ponto de vista da produção agrícola, da tecnologia artesanal, das funções económicas dos centros urbanos, da organização social, das tradições religiosas e culturais, dos caracteres linguísticos, etc.. Depois da fase bélica que predominou durante os reinados de Afonso Henriques e de Sancho I, Afonso II adota imediatamente processos administrativos de tipo burocrático que restringem o exercício do poder senhorial, provocando assim, durante o reinado de seu sucessor, Sancho II, uma guerra civil que só terminaria com a intervenção da Santa Sé e a destituição de Sancho II.

Estes factos demonstram a precocidade e a abrangência das práticas centralizadoras em Portugal. Iniciadas com Afonso II em 1210, ainda antes de o território nacional ter alcançado as dimensões físicas que viria a atingir com a incorporação do Alentejo e do Algarve, provocaram uma crise social e política grave, mas foram retomadas com todo o vigor desde 1245, e multiplicaram-se rapidamente nas décadas seguintes, embora não deixassem, também, de sancionar o exercício do poder senhorial nobre e eclesiástico nas suas várias modalidades.

Uma outra das direções em que o poder monárquico se foi afirmando, revela-se num tipo de documentos cuja importância os medievalistas portugueses não souberam valorizar. É aquela que agora se manifesta em todo o seu significado na obra de Stéphane Boissellier, que tenho o prazer e a honra de prefaciar. Trata-se de um conjunto de simples listas de igrejas. Uma enumeram apenas topónimos; outras registam os rendimentos de cada uma delas em dinheiro; outras, ainda, referem as quantias cobradas pela fiscalidade pontifícia.

Com efeito, estas listas pressupõem a conceção do território nacional como um todo uniforme, sujeito a uma administração única. O cálculo dos rendimentos em dinheiro, ou seja o recurso a uma medida fiscal padronizada, facilita a cobrança; o cálculo da sua escala em todos e cada um dos lugares reforça a conceção uniforme do espaço. Para descobrir eventuais diferenças de estatuto de cada uma das entidades, é preciso recorrer a outros textos. As diferenças locais porventura existentes não são mencionadas: não põem em causa a autoridade única nem a razão política que as uniformiza, enquanto entidades fundamentais. São peças da organização eclesiástica; mas também enquadram comunidades locais «civis». As igrejas respondem não só perante a autoridade religiosa, mas também perante a autoridade régia. Facto significativo: a conceção de território *nacional* subjacente a todas as listas, revela-se já c. 1220, no tempo de Afonso II, quando o reino

não tinha ainda atingido as suas dimensões definitivas. A série de documentos análogos posteriores inclui, em datas mais tardias, informações mais detalhadas, em função dos objetivos de cada uma delas; mas a conceção de território nacional mantém-se. Este tipo de documentos demonstra só por si, como diz Boissellier, «o papel do Estado, a força do quadro nacional e a uniformização das práticas políticas», caracteres que lhe conferem uma inequívoca modernidade quando interpretadas à luz dos processos de centralização e de administração racional de outros países europeus.

Não deixaremos de notar o facto de a lista de c. 1220 e as que se lhe seguem terem, até hoje, permanecido inéditas. A de 1320 foi publicada no princípio do século passado por Fortunato de Almeida, mas segundo uma cópia defeituosa do século XVIII; era preciso votar a editá-la a partir do original existente na Torre do Tombo. Stéphane Boissellier preenche a lacuna da nossa historiografia, e procede a um minucioso e completo estudo da produção e da transmissão textual das listas do mesmo género, numa edição exemplar. A sua atenção fê-lo detetar particularidades que os medievalistas portugueses que delas se serviram ignoraram (como Fortunato de Almeida, Avelino de Jesus da Costa, Eduardo Borges Nunes e Bernardo Sá Nogueira, entre outros), e que deviam ter, desde há muito, merecido uma publicação cuidadosa.

As possibilidades abertas pela análise dos documentos publicados neste livro são imensas. Stéphane Boissellier aponta muitas. Entre elas, queria sublinhar, do ponto de vista das relações entre o poder espiritual e o poder temporal, a importância da lista de igrejas do padroado régio exarada no reinado de Afonso II, por meio da qual se pode verificar o processo de apropriação desse direito, em particular sobre as igrejas cujos párocos eram anteriormente eleitos pela respetiva comunidade. Nesse sentido, menciona o interesse histórico que teria a publicação dos registos de apresentação dos curas das igrejas do padroado régio ao respetivo bispo para ele ordenar ou confirmar. Os documentos exarados pela burocracia fiscal pontifícia podem também fundamentar estudos inovadores (para o medievalismo português) sobre vários aspetos da história das finanças régias e eclesiásticas. Não preciso de dar outros exemplos para demonstrar a utilidade da publicação dos seis documentos que Stéphane Boissellier edita nesta obra.

Com efeito estas listas não revelam apenas as conceções políticas mais precoces da monarquia portuguesa: fornecem também preciosas informações sobre a organização administrativa da Igreja e o controle político do território, com as suas diferenças e particularidades. O carácter serial deste tipo de fontes permite também obter informações de carácter evolutivo e institucional. Boissellier fornece todos os elementos necessários e suficientes para extrair destas fontes o maior número de dados possível. Os investigadores que se interessam pela Idade Média portuguesa não podem deixar de lhe ficar agradecidos pela publicação de um instrumento de trabalho tão útil como este.

Carvoeiro do Vouga, 28 de junho de 2012.

José Mattoso

Préface

Dans une brève communication au colloque *Genèse de l'État moderne en Méditerranée*, qui se tint à Paris en mars 1988, j'ai eu l'occasion de souligner la précocité des mesures administratives prises par le roi Alphonse II dans le processus de construction de «l'Etat moderne», qui impliqua les monarchies européennes durant la longue période allant du XII^e au XVIII^e siècle. Les actes de ce colloque furent publiés seulement en 1993. Mon intervention se bornait à reprendre des idées exposées antérieurement dans l'essai intitulé *Identificação de um país* (1985; 5^a ed., 1995) et réutilisées peu après, du point de vue factuel, dans le volume II de l'*História de Portugal* publiée en 1992 sous ma direction. Dans cette communication et dans cette œuvre, je me limitai à noter les indices qui me paraissaient être, de fait, révélateurs d'une position politique et juridique précurseur par rapport à la théorie et à la pratique politiques d'autres monarchies européennes des XII^e et XIII^e siècles. Ne me considérant pas comme spécialiste de l'histoire de la théorie ni de la pratique politique, je n'approfondis pas moi-même les études pour éclairer la question, mais j'indiquai une série de pistes, dont l'analyse approfondie me semblait nécessaire pour percevoir la signification historique de ce phénomène dans ses divers contextes: la comparaison textuelle de l'ensemble de «lois» attribuées aux soi-disant «Cortes de 1211» avec les conceptions des maîtres bolognais de Droit Civil de la fin du XII^e siècle; l'usage de la couronne et d'autres insignes considérés comme propres au roi; l'apparition des notaires professionnels dans l'Italie de la même époque et la confirmation de leur autorité publique par le roi; les pratiques administratives de la curie romaine; les pratiques bureaucratiques de la chancellerie royale; les enquêtes cadastrales sur une grande partie du territoire (*inquirições*); les «confirmations» des droits seigneuriaux des entités ecclésiastiques et civiles; l'extension du patronage royal sur toutes les églises du royaume n'ayant auparavant aucun patron, etc.

Ces suggestions ne furent pas, que je sache, suivies avec l'attention nécessaire par aucun jeune chercheur, quoique certains (surtout Maria João Branco à partir de la diplomatie pontificale, et Bernardo Sá Nogueira quant à l'administration ecclésiastique) s'y soient aventurés assez près. Les travaux qui parurent au Portugal spécifiquement au sujet des origines de l'Etat moderne se concentrèrent sur les aspects prosopographiques et bureaucratiques, et ils sont dus surtout à Armando Carvalho Homem et ses disciples.

D'autres recherches récentes ont confirmé de manière inespérée mes propositions d'interprétations. Je veux me référer, avant tout, à la thèse de doctorat de Luísa Trindade, en cours de publication, au sujet de l'urbanisme portugais des XIII^e et XIV^e siècles. Cette étude innovatrice se penche sur un ensemble impressionnant de villes neuves dont les plans furent conçus selon des modèles standardisés. Leur régularité est observable aujourd'hui encore par la photographie aérienne. Ce sont des urbanisations tracées par l'administration royale durant les règnes d'Alphonse III et Denis. Ce fait démontre à lui seul la vigueur et la généralité des mesures administratives prises par les rois portugais depuis le début de la décennie 1250. Le caractère uniforme des plans et leur application à des régions aux traditions culturelles très différentes les unes des autres montre à l'évidence le caractère centralisateur du pouvoir politique et son rôle d'uniformisateur. Le Portugal était un pays constitué par des territoires aux caractéristiques très variées du point de vue de la production agricole, de la technologie artisanale, des fonctions économiques exercées par les centres urbains, de l'organisation sociale, des traditions religieuses et culturelles, des caractères linguistiques, etc... Après la phase guerrière qui prédomina durant les règnes d'Alphonse Henri (Alphonse I) et de Sanche I, Alphonse II adopta immédiatement des processus administratifs de type bureaucratique qui restreignirent l'exercice du pouvoir seigneurial, provoquant ainsi, durant le règne de son successeur, Sanche II, une guerre civile qui devait se terminer seulement avec l'intervention du Saint Siège et la destitution de Sanche II.

Ces faits démontrent la précocité et la généralité des pratiques centralisatrices au Portugal. Initiées avec Alphonse II en 1210, avant même que le territoire national n'ait atteint les dimensions qu'il devait obtenir par l'incorporation de l'Alentejo et de l'Algarve, elles provoquèrent une crise sociale et politique grave, mais elles furent reprises avec vigueur à partir de 1245, et se multiplièrent rapidement dans les décennies suivantes, quoiqu'elles ne manquassent pas de sanctionner l'exercice du pouvoir seigneurial noble et ecclésiastique dans ses diverses modalités.

Une autre des directions dans lesquelles le pouvoir monarchique alla s'affirmer est révélée par un type de documents, dont les médiévistes portugais n'ont pas su valoriser l'importance. C'est celle-ci qui se manifeste maintenant dans toute sa signification avec le travail de Stéphane Boissellier, que j'ai le plaisir et l'honneur de préfacer. Il s'agit d'un ensemble de simples listes d'églises. Les unes énumèrent seulement des toponymes; d'autres enregistrent aussi les revenus en argent de chacune d'elles; d'autres encore donnent les sommes collectées par la fiscalité pontificale.

En effet, ces listes présupposent une conception du territoire national comme un tout uniforme, sujet à une administration unique. Le calcul des revenus en monnaie, autrement dit le recours à une mesure fiscale uniformisée, facilite la perception; le calcul de son échelle dans tous et chacun des lieux renforce la conception uniforme de l'espace. Pour découvrir les différences de statut de chacune des entités, il est nécessaire de recourir à d'autres textes. Les différences locales existant éventuellement ne sont pas mentionnées : elles ne mettent pas en cause l'autorité unique ni le principe politique qui les uniformise en tant qu'entités fondamentales. Elles sont des documents d'organisation ecclésiastique, mais elles encadrent *ipso facto* des communautés locales «civiles». Les églises répondent non seulement devant l'autorité religieuse mais aussi devant l'autorité

royale. Fait significatif: la conception d'un territoire *national* sous-jacente à toutes ces listes se révèle déjà vers 1220, au temps d'Alphonse II, quand le royaume n'avait pas encore atteint ses dimensions définitives. La série de listes analogues postérieures inclut, pour des dates plus tardives, des informations plus détaillées, en fonction des objectifs de chacune d'elles; mais la conception du territoire national se maintient. Ce type de documents démontre à lui seul, comme dit Boissellier, «le rôle de l'Etat, la force du cadre national et l'uniformisation des pratiques politiques», caractères qui leur confèrent une indéniable modernité, une fois interprétées à la lumière des processus de centralisation et d'administration d'autres pays européens.

Nous ne manquerons pas de souligner le fait que la liste de c. 1220 et ses suivantes soient restées inédites jusqu'à aujourd'hui. Celle de 1320 fut publiée au début du siècle dernier par Fortunato de Almeida, mais selon une copie défectueuse du XVIII^e siècle; il était nécessaire de l'éditer à partir des originaux existant à la Torre do Tombo. Stéphane Boissellier comble une lacune de notre historiographie, et il procède à un minutieux examen et à une étude complète de la production et de la transmission textuelle des listes de ce genre, dans une édition exemplaire. Son attention lui a permis de détecter des particularités qu'avaient ignorées les médiévistes portugais les ayant utilisées (comme Fortunato de Almeida, Avelino de Jesus da Costa, Eduardo Borges Nunes e Bernardo Sá Nogueira, entre autres), et qui auraient depuis longtemps mérité une publication rigoureuse.

Les possibilités ouvertes par l'analyse des documents publiés dans ce livre sont immenses. Stéphane Boissellier en note beaucoup. Parmi elles, je voudrais souligner, du point de vue des relations entre pouvoir spirituel et pouvoir temporel, l'importance de la liste d'églises de patronage royal produite sous le règne d'Alphonse II, à travers laquelle on peut vérifier le processus d'appropriation de ce droit, en particulier sur les églises dont les prêtres étaient antérieurement élus par la communauté locale. Dans ce sens, l'auteur mentionne l'intérêt historique qu'aurait la publication des registres de présentation des curés des églises de patronage royal à leur évêque respectif pour qu'il les ordonne ou les confirme. Les documents produits par la bureaucratie fiscale pontificale peuvent aussi fonder des études innovatrices (pour la médiévistique portugaise) sur divers aspects de l'histoire des finances royales et ecclésiastiques. Je n'ai pas besoin de donner plus d'exemples pour démontrer l'utilité de la publication des six documents que Stéphane Boissellier édite dans cette œuvre.

En effet, ces listes ne révèlent pas seulement les conceptions politiques les plus précoces de la monarchie portugaise: elles fournissent aussi de précieuses informations sur l'organisation administrative de l'Eglise et le contrôle politique du territoire, avec leurs différences et leurs particularités. Le caractère sériel de ce type de sources permet aussi d'obtenir des informations de caractère évolutif et institutionnel. Boissellier fournit tous les éléments nécessaires et suffisants pour extraire de ces sources le plus grand nombre de données possible. Les chercheurs qui s'intéressent au Moyen Âge portugais ne laisseront pas de lui être reconnaissants pour la publication d'un instrument de travail aussi utile que celui-ci.

Carvoeiro do Vouga, 28 juin 2012
José Mattoso